

# Riacho Fundo poderá ser transformado em satélite

24 NOV 1993

CORREIO BRAZILIENSE

A Câmara Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, o projeto de lei de autoria do GDF que cria a Região Administrativa do Riacho Fundo. Se o projeto for aprovado também em segundo turno, na próxima sessão extraordinária da Câmara, o Riacho Fundo será transformado na décima-sétima cidade-satélite de Brasília.

O deputado Peniel Pacheco (PTR) protestou contra a criação da nova satélite; que segundo ele, proporcionará a contratação de 81 novos funcionários com cargos de Comissão na Administração Regional do Riacho Fundo. "A criação de uma nova cidade poderia ser analisada com maior cautela, sendo precedida por um amplo estudo ambiental", afir-

mou Peniel. Ele pediu, ainda, a criação de uma comissão especial da Câmara para estudar todos os projetos neste sentido.

De acordo com o deputado Wasny De Roure (PT), a quantidade de cargos comissionados é desproporcional ao tamanho da região do Riacho Fundo. Já o deputado Gilson Araújo (PP) afirmou que o Riacho Fundo está crescendo cada vez mais, e lembrou que cada bairro de São Paulo tem a sua representação na prefeitura.

Apenas três deputados votaram contra a criação da nova satélite: Geraldo Magela (PT), Eurípedes Camargo (PT) e Peniel Pacheco (PP). Magela solicitou ao presidente da Câmara, Benício Tavares, que o debate sobre o tema

fosse aprofundado antes da votação, mas Benício respondeu que o pedido deveria ter sido dirigido ao líder do governo, Edmar Pireneus, pois se tratava de um projeto de autoria do Executivo.

A Câmara também aprovou ontem, em primeiro turno, o projeto do deputado Eurípedes Camargo que autoriza a construção da cobertura e fechamento com grades das áreas frontais de residências na Ceilândia. Os donos de casa que têm áreas verdes poderão construir cercas, e terão a posse das áreas verdes no regime de concessão de uso, como acontece com os assentamentos. Os projetos aprovados ontem em primeiro turno precisam passar ainda pelo segundo turno e redação final, antes da sanção do Executivo.